
CIDADE SEM PREFEITO

BALANÇO DE 1 ANO GESTÃO DÓRIA

Passados 11 meses – e pelo menos 43 viagens pelo Brasil e a outros países – desde que assumiu a Prefeitura de São Paulo, qual o saldo do primeiro ano do mandato do prefeito João Doria? O resultado é bem negativo: em vários setores da administração há problemas de gestão e o fraco desempenho aparece nas pesquisas, que mostram que em 11 meses triplicou a rejeição ao governo Doria.

Aliás, um governo que não existe e não tem plano para existir. Não há planejamento de obras estruturantes e questões estratégicas são decididas de qualquer jeito. Vide o triste episódio da farinata, em que o prefeito passou por cima de sua equipe e de órgãos da Prefeitura e anunciou a distribuição do composto na merenda escolar sem qualquer estudo prévio, só voltando atrás após a repercussão negativa.

A única ação concreta de Doria é o uso intensivo do marketing para promoção pessoal, com vistas a alavancar sua imagem de olho em outros projetos políticos. Mas não há marketing que sustente as gritantes falhas do autointitulado gestor.

Doria passou o ano mentindo para os paulistanos. Alegou que um suposto rombo de R\$ 7,5 bilhões que encontrou nos cofres da Prefeitura inviabilizou ações da gestão. Na verdade o tucano herdou um caixa de R\$ 5,3 bilhões em janeiro último (como atestou o Tribunal de Contas do Município) e encerrará 2017 com um saldo considerável.

Esse discurso foi usado por ele para esconder sua ineficiência administrativa e, ao mesmo tempo, alinhado ao governo do golpista Temer, atacar os direitos sociais duramente conquistados pela população paulistana.

Doria paralisou desnecessariamente obras estratégicas (Ex: hospitais de Parelheiros e Brasilândia, 14 CEUs e dezenas de CEIs) e atrasou ou não conseguiu tirar do papel licitações importantes (Ex: pavimentação e varrição de ruas, serviço de iluminação, conserto de semáforos, concessão do transporte), entre outros problemas.

O caso dos CEUs é grave. As novas unidades já consumiram R\$ 100 milhões, faltando cerca de R\$ 400 milhões para a conclusão. No entanto, além de parar a construção, o prefeito reservou no Orçamento dos próximos 4 anos apenas R\$ 1,5 milhão para os novos CEUs.

Doria está fechando 2017 com uma política fiscal irresponsável. Recusou fazer a revisão da Planta Genérica de Valores, base de cálculo do IPTU, e corrigiu linearmente o tributo em 3%. Ou seja, abriu mão de receita futura e de promover justiça fiscal (cobrar mais de quem tem mais renda) para agradar a fatia mais rica da população.



Na campanha prometeu zerar a fila nas creches no primeiro ano de gestão, criando 100 mil vagas novas. Depois que assumiu mudou a meta de vagas no primeiro ano para 65 mil. Só que o tucano fechará o ano com apenas 12 mil novas vagas e o déficit continua o mesmo do início do ano. Na Saúde, o propalado feito de ter zerado a fila de exames do passado foi anulado com a restauração da fila na atual gestão.

O prefeito abusou da tesoura cortando gastos sociais. Tirou 700 mil crianças do Leve Leite e reduziu a quantidade do produto fornecida. No Transporte Escolar Gratuito 20 mil crianças foram tiradas do programa. Reduziu o uso do Passe Livre Estudantil e elevou o preço dos bilhetes temporários e de integração, penalizando quem mais usa transporte público para cumprir a promessa eleitoral de congelar a tarifa de ônibus. Na Assistência Social serviços foram fechados e houve atraso no repasse a entidades, medidas que prejudicaram crianças em situação de vulnerabilidade, mulheres vítimas de agressões, moradores de rua e idosos.

Essas medidas ajudaram Doria a engordar o caixa da Prefeitura, mas revelaram sua insensibilidade social, pois contribuíram para aumentar a desigualdade na cidade, num momento de crise econômica e de desemprego.

O prefeito transformou o tema da desestatização em uma questão ideológica. Lançou o PMD com o argumento de que a gestão privada é melhor e mais eficiente que a pública, alimentando uma polarização com fins políticos.

Além de nada do que foi aprovado no PMD ter virado realidade, os números apontam que a desoneração ficará em 1% do orçamento municipal. Seu próprio PPA demonstra a falta de confiança da gestão no PMD: dos R\$ 7 bilhões que o prefeito disse que iria arrecadar, estão previstos apenas R\$ 2,5 bilhões nos próximos quatro anos.

Em julho Doria anunciou em redes sociais que a Prefeitura já havia recebido R\$ 626 milhões em parcerias. Mas os números do Portal da Transparência são quase 20 (!!!) vezes menores. Até agora o prefeito conseguiu apenas R\$ 36 milhões. Dos R\$ 120 milhões em remédios, apenas R\$ 6,5 milhões foram doados (sem contar o gasto que o município teve com o descarte de produtos com data de validade vencida).

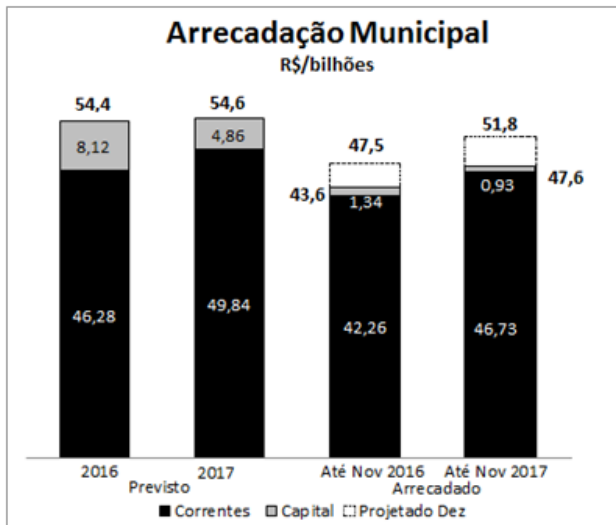
A verdade é que São Paulo elegeu um candidato e não um prefeito. A última coisa que Doria deseja é ficar amarrado à cadeira. Mas não há marketing capaz de reverter num trimestre uma gestão inexistente até agora. A cidade seguirá sofrendo as consequências do desgoverno, seja com Doria em voo eleitoral a partir de abril próximo, seja como um oportunista frustrado atado ao cargo de prefeito.

São Paulo, 18 dezembro de 2017

BANCADA DE VEREADORES DO PT
Câmara Municipal de São Paulo

ANEXO:

Gráfico 1. Situação da arrecadação municipal:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária. Valores nominais. Dados extraídos em 07.12.2017.

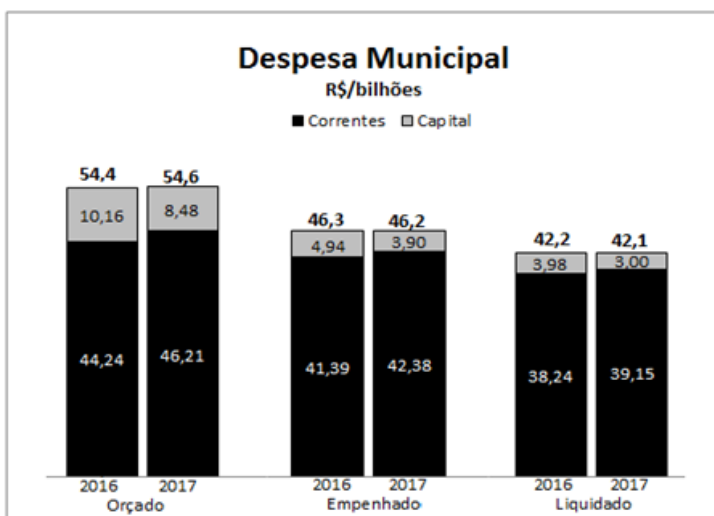
Arrecadado até novembro:

- R\$ 4,47 bi a mais que 2016 na arrecadação das receitas correntes.
- R\$ 4 bi a mais que 2016 na arrecadação total.

Projetado até dezembro:

- R\$ 0,9 bi acima do projetado nas receitas correntes.
- R\$ 4,3 bi a mais que 2016 na arrecadação total.

Gráfico 2. Situação da despesa municipal:

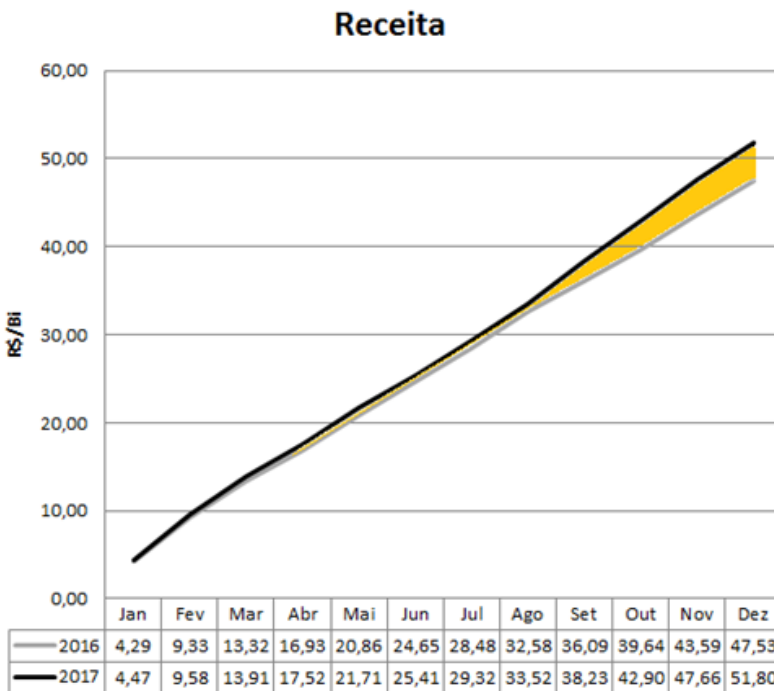


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária. Valores nominais. Dados extraídos em 07.12.2017.

Execução:

- R\$ 1 bi de despesa de capital (investimentos) a menos

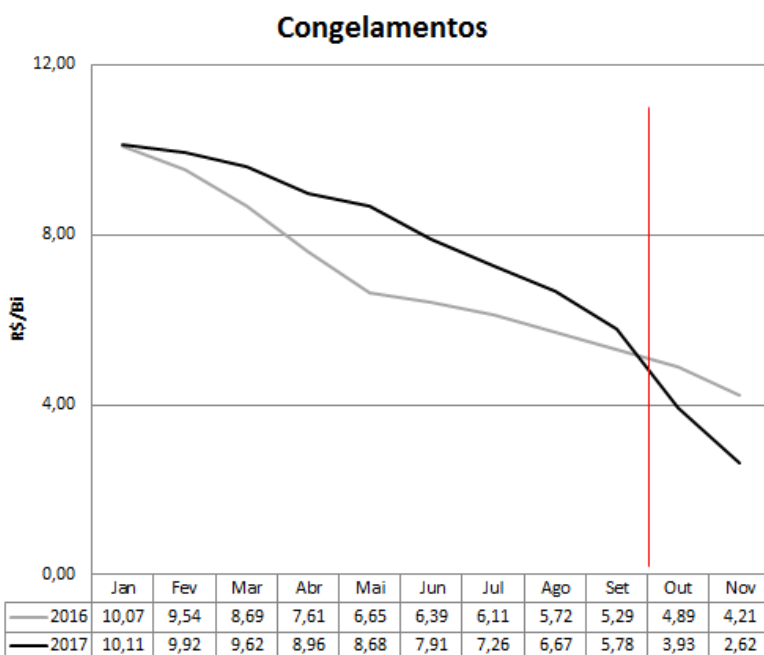
Gráfico 3. Desempenho Mensal da Receita (2016 x 2017)



- Ao longo de todo o ano a arrecadação esteve superior ao mesmo período do ano passado.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária. Valores nominais. Dados extraídos em 07.12.2017.

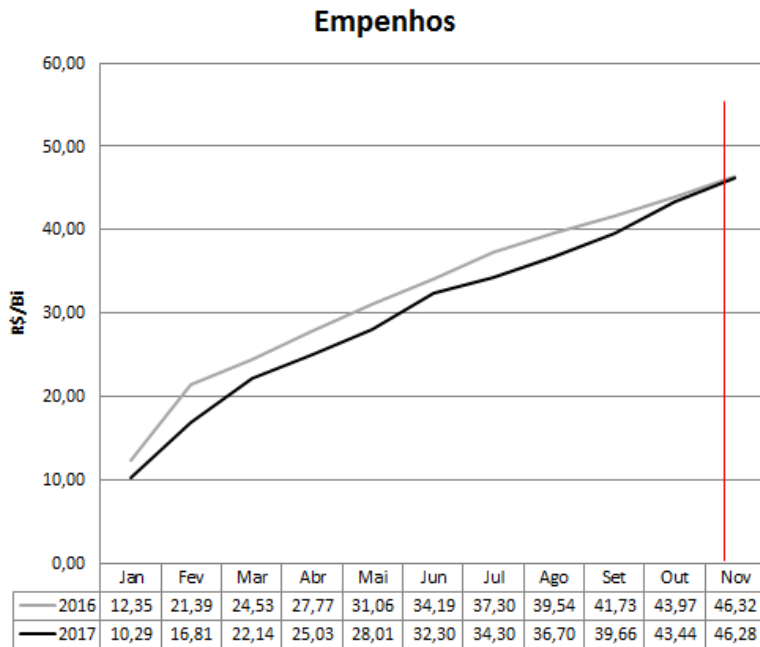
Gráfico 4. Desempenho Mensal congelamentos (2016 x 2017)



- Apenas em **Outubro** os congelamentos de 2017 ficaram inferiores aos de 2016.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária. Valores nominais. Dados extraídos em 07.12.2017.

Gráfico 5. Desempenho Mensal dos empenhos (2016 x 2017)



- Apenas em **Novembro** os empenhos de 2017 chegaram **no mesmo patamar** dos empenhos de 2016.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária.
Valores nominais. Dados extraídos em 07.12.2017.

Quadro 1. Detalhamento do Plano Municipal de Desestatização

Objeto	Valor desoneração (R\$/milhões)	Fase
Pacaembu	6,1	Lei 16.696/2017. PMI (Edital 02/2017) em andamento (entrega de estudos em 06/12/17), porém com entraves do TCM.
Sistema de bilhetagem eletrônica das tarifas públicas cobradas dos usuários da rede de transporte coletivo de passageiros	106,7	LEI Nº 16.703/2017. PMI (Edital conjunto 01/2017) em conjunto com Governo do Estado em andamento.
Mercado Municipal	0	Aprovada a LEI Nº 16.703/2017 que autoriza a concessão do Mercado Municipal Paulista (Mercadão) e o Mercado Kinjo Yamato. Nenhum PMI lançado.
Parques, praças e planetários	142	LEI Nº 16.703/2017. Estudos do PMI (Edital 01/2017) já entregues. SMDP alega estar analisando os subsídios para montagem do Edital.
Remoção e pátios de estacionamento de veículos	13,7	Aprovada a LEI Nº 16.703/2017 que autoriza a concessão, porém nenhum PMI lançado.
Terminais	141,6	LEI Nº 16.703/2017. PMI (Edital 5) em andamento - estudos serão entregues até 8 de janeiro de 2018.
Mobiliário urbano municipal (sanitários)	0	PL 611/2017 aprovado na CMSP. PMI ainda não lançado.
SPTURIS/Anhembi	68,4	PL 582/2017 aprovado na CMSP. Pregão eletrônico para contratação serviços de avaliação, modelagem e execução da venda de ativos mobiliários está suspenso pelo TCM.
Autódromo de Interlagos	55	PL 705/2017 em andamento na CMSP (aprovado em 1ª votação). PMI ainda não lançado.
Cemitérios e Serviço Funerário	8	Não protocolado PL na Câmara. PMI (Edital 3/2017) de cemitérios está suspenso pelo TCM. PMI (Edital 6/2017) do serviço funerário em andamento (fase de análise dos subsídios entregues)
Imóveis com área igual ou inferior a 10 mil m ² + terreno de 50.416,45m ² na Rua Sumidouro, no bairro Pinheiros.	0	PL 404/2017 em andamento na CMSP. Ainda não aprovado em primeira votação.
Alienação de área de 9.507,48 m ² avaliada em R\$ 19.611.571,00 pelo Executivo, porém com avaliação de mercado de mais de R\$ 30 milhões	0	PL 610/2017 em andamento na CMSP. Ainda não aprovado em primeira votação.
TOTAL	541,5	

Quadro 2. Plano Municipal de Desestatização no PPA 2018-2021

PPA - FUNDO MUNICIPAL DE DESESTATIZAÇÃO	2018	2019	2010	2021
9205 - Projetos Oriundos de Recursos com Desestatizações, Concessões e Parcerias	1.014.904.000	912.904.000	609.904.000	-
Total	2.538.000.000			

Quadro 3. Doações e Parcerias

Prometido	Realizado	
	Qtd	R\$
R\$ 626.000.000,00	Doações	22.158.987,87
	Comodatos	244.200,00
	Cooperações	14.356.903,27
	590	36.760.091,14

Quadro 4. Disponibilidade de caixa no primeiro dia do mandato do atual prefeito:

Quadro 7.11 – Análise Caixa x Obrigações (Ajustada)

Em R\$ mil

Situação de Liquidez	Não Vinculada ¹³⁵	Vinculada	Total
Disponibilidade de Caixa Efetiva (A) = (I – II)	1.742.557	3.604.070	5.346.627
(I) Disponibilidade de Caixa Bruta	1.755.850	3.604.070	5.359.920
(II) Pendências de Caixa a serem regularizadas (*)	(13.293)	-	(13.293)
(-) Obrigações Financeiras (B) = (III + IV + V)	(1.436.802)	(753.530)	(2.190.332)
(III) Restos a Pagar Processados e Não Processados	(913.519)	(753.530)	(1.667.049)
(IV) Demais Obrigações Financeiras	(371.192)	-	(371.192)
(V) Nota Fiscal Paulista (*)	(152.091)	-	(152.091)
Suficiência Financeira (A) - (B)**	305.755	2.850.540	3.156.295

Fonte: Tribunal de Contas do Município. <https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/Documento?id=4869>

Quadro 5. Resumo das ações por área

Área	Ação/Desmonte
Educação	A Educação sofre com cortes em programas estruturantes. Foram quase R\$ 200 milhões a menos nas liquidações do leve-leite (80% a menos que o mesmo período do ano passado), esquecimento dos CEUs (nenhum centavo alocado para as obras já em andamento e R\$ 20 milhões a menos na operação e manutenção dos já existentes); 70% a menos no investimento com capacitação e formação dos quadros da educação.
Saúde	Em relação ao mesmo período do ano passado foram empenhados cerca de R\$ 200 mi a menos. As obras dos hospitais ficaram paralisadas ao longo de todo o ano: 1 hospital já poderia ter sido entregue à população. Não só nos investimentos a saúde foi prejudicada, na dotação “Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento”, liquidou-se R\$ 62,5 milhões a menos.
Direitos	Á área de direitos humanos, sociais e civis tem sofrido com descasos desde o início da gestão. Já de início extinguiu-se as secretarias de políticas para as mulheres e da igualdade racial e, ao longo do ano, essas áreas tem sofrido cortes drásticos: foram quase R\$ 50 milhões empenhados a menos nas Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, Pessoa com Deficiência, Políticas para Mulheres e Igualdade Racial. O desastre das ações na cracolândia evidenciam esse descaso.
Cultura	Afora o congelamento da Secretaria de Cultura muito superior ao valor congelado no mesmo período do ano passado, a liquidação também se revela a menor de toda a série histórica possível de ser extraída do Sistema Orçamentário e Financeiro (SOF). O valor liquidado de janeiro à novembro de 2017 equivale à 44,5% do orçamento total da Secretaria. Nem em 2005, onde se executou 56,4%, se teve um percentual tão baixo de execução. Isso reflete diretamente nas políticas públicas da área, sobretudo nos programas direcionados à periferia: Fomento à Periferia, Prêmio Zé Renato, Fomento ao Circo, Fomento ao Teatro, Fomento à Dança, Programa VAI, etc.
Zeladoria	A PPP da iluminação pública não evoluiu. Para garantir o serviço de manutenção, a gestão teve que fazer um contrato emergencial, o qual foi realizado de forma totalmente irregular. Toda essa má gestão causou redução de quase R\$ 200 milhões de investimentos nesta área. Os serviços de varrição provavelmente também passarão por problemas similares. Os atuais contratos vencem em 16/12/2017 e até o momento nenhuma licitação foi aberta. A licitação de recapeamento foi concluída apenas agora no fim de novembro e, desrespeitando o processo legal, o Prefeito deu ordem de início no objeto antes mesmo de assinar o contrato. A zeladoria da cidade está abandonada: as Prefeituras Regionais, incluindo a secretaria de coordenação, estão com quase R\$ 290 milhões liquidados a menos (-61,6% em relação a nov/16). As dotações de requalificação de bairros e centralidades (-170 milhões empenhados); manutenção de vias (-60 milhões); intervenção, urbanização e melhoria de bairros (-50 milhões); e conservação de áreas verdes (-32,5 mi) sofreram as que sofreram maior corte.
Mobilidade	Apesar de ter recursos no Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito, a Prefeitura não consegue executá-lo (cerca de R\$ 165 mi a menos de empenho). Só em implantação e requalificação de corredores empenhou-se R\$ 92 milhões a menos. Com modernização semaforica, nada foi gasto. Na licitação de manutenção dos semáforos a Prefeitura também se enrolou: demorou mais de 7 meses para conseguir realizar a licitação e os contratos assinados estão sendo alvo de investigação por irregularidades no processo.
Desenvolv. Urbano	A Prefeitura não consegue executar nem mesmo os recursos vinculados. Nas Operações urbanas foram empenhados cerca de R\$ 340 milhões a menos em relação ao mesmo período do ano passado: Água Espreada (-150,5 mi), Faria Lima (-139,4), Água Branca (-51,3 mi), e Centro (-0,8 mi). O mesmo acontece com os Fundos de Saneamento Ambiental (menos R\$ 10,2 milhões) e FUNDURB (menos R\$ 150,3 milhões). Os contratos de obras de drenagem, por exemplo, só foram retomados agora no mês de novembro, o que gerou uma redução de quase R\$ 130 milhões em liquidações.